

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ÉTNICO-RACIAL EM MEGACIDADES, GRANDES CIDADES E CIDADES GLOBAIS AFRICANAS

Fabio Macedo Velame<sup>1</sup>

Thiago Augusto Ferreira da Costa<sup>2</sup>

## Introdução

A população mundial estimada para 2030 é de 8,6 bilhões de pessoas, um bilhão a mais do que os atuais 7,6 bilhões (ONU 2017). O mesmo estudo aponta que nove países responderão por mais da metade desse crescimento populacional, dentre esses, cinco africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Egito), além de três asiáticos (Índia, Paquistão e Indonésia) e um americano (Estados Unidos). Apresentamos neste trabalho um panorama das megacidades, grandes cidades e cidades globais de sete países da África Subsaariana, que segundo a ONU, é a região do continente que mais cresce em população. Países esses, com as cidades que mais despontam no cenário internacional, segundo os autores analisados.

Ainda em 2030, dois terços da população mundial viverão em cidades, e essas produzirão 80% do PIB do planeta, com megacidades surgindo novamente na Ásia, América Latina e África (ONU 2017). O aumento do custo de vida nesses superaglomerados é certo, bem como em metrópoles de pequeno e médio porte. No entanto é nas cidades globais e milionárias onde ocorre a urbanização de ponta, embora não sejam as que mais crescem em população, segundo a ONU (2017). Por isso, trazemos aqui exemplos dessas cidades que se tornam cada vez mais segregadas.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. E-mail: velame.fabio@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. E-mail: thiago.aug.fer@hotmail.com

Os centros urbanos que mais crescerão na África serão as pequenas e médias cidades, aquelas com menos de um milhão de habitantes, ou seja, as que concentram 62% da população urbana do continente africano (ONU 2017). Mais uma vez será necessário ter planejamento urbano, verde e sustentável, para que essas cidades não se tornem novos superaglomerados sem infraestrutura, como veremos ao longo de nossos exemplos.

Segundo a ONU (2017), o conceito de “megacidades” refere-se àquelas muito grandes em termos populacionais, não considerando outros aspectos desses centros urbanos. O termo “cidade global” é usado quando fazemos uma análise qualitativa da cidade, referindo-nos ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, em diferentes partes do mundo (Decicino 2014).

Assim apresentamos um texto que inicia explicando as origens do que conhecemos hoje, de forma geral, por sociedades africanas, depois citando os países analisados, com suas respectivas trajetórias históricas e exemplos de seus aglomerados urbanos mais importantes. Desta forma questionamos: como passado e presente se relacionam no processo de urbanização das cidades africanas (grandes, mega e globais), ampliando as desigualdades socioespaciais e étnico-raciais?

## Resgate das origens

As sociedades africanas dos séculos XVI ao XVIII eram hierarquizadas, centralizadas, baseadas na cobrança de impostos sobre os povos vencidos e comandadas por elites familiares militarizadas (Macedo 2008, 95). A posterior pobreza estrutural do continente pode ser explicada pelo tráfico de pessoas escravizadas, com início do tráfico a partir do século XVI, que gerou a maior imigração forçada da humanidade e a dispersão sociocultural africana pelo mundo, conhecida como Diáspora. Começara então uma interferência europeia que marcou para sempre os rumos da África, chegando até mesmo à estagnação de sua população no século XVIII (Macedo 2008, 96).

A abolição da escravatura veio a partir de uma mudança do discurso cristão inglês que, agregado de ideias iluministas, de outras revolucionárias francesas e até mesmo de pós-independência norte-americana, expandiram o humanitarismo para os povos africanos. Via-se também a vantagem de uma população consumidora permanente na África e que pudesse beneficiar a matéria-prima antes da venda aos mercados europeu e norte-americano.

Segundo Macedo (2008, 97), o colonialismo e imperialismo na África sustentaram a segunda revolução industrial europeia do século XIX, dividindo a África entre as nações invasoras, no mapa, sem levar em conta qualquer territorialidade étnica secularmente estabelecida. Duas grandes guerras mundiais (1914-1945) também exploraram forças de africanos, que lutavam nas frentes de batalha em prol de suas metrópoles. No pós-guerra, o surgimento de outra disputa, a Guerra Fria, alinhava interesses de capitalistas e socialistas sobre territórios ainda dominados no continente, de 1945 a 1960, quando começaram os movimentos de independência dos países colonizados.

A base ideológico-científica dessa dominação ocorreu sempre a partir do racismo, no qual a pessoa africana era desumanizada no período da escravidão e depois foi inferiorizada enquanto humana, mesmo após a abolição. Séculos de exploração e racismo resultaram em Estados africanos frágeis, com sucessivos regimes de exceção e dependentes do comércio internacional com suas ex-metrópoles, exceto na África do Sul (Macedo 2008, 173). No entanto, desde o século XIX ocorre, enquanto construção identitária do continente, a insurgência de uma filosofia africana e do pan-africanismo — ideologia que buscava a união dos povos da África como forma de potencializar a narrativa do continente no contexto internacional.

A seguir, apresentamos exemplos de cidades em sete países africanos, de forma a contextualizá-los com a história das sociedades africanas apresentada acima, passando pela colonização europeia e por seus movimentos de independência e pós-independência. Esse processo histórico é essencial para que possamos entender como evoluiu o fenômeno da segregação socioespacial e étnico-racial nessas cidades.

## **Megacidades, grandes cidades e cidades globais africanas**

### ***Nigéria, o “Gigante da África”***

Lagos, na Nigéria, é uma megacidade de 21 milhões de habitantes (WPR 2019), ultrapassando Cairo e Kinshasa como maior cidade do continente. O seu nome é devido aos colonizadores portugueses que, no século XV, saíram de Lagos (Portugal) e passaram por essa região ao circundar a África durante suas navegações. Mais tarde, no século XIX, o colonialismo europeu colocou a Nigéria sob jugo do domínio inglês e de seu governo indireto, a partir de chefes locais e com profunda segregação étnico-racial (Khapoya 2008, 143).

O país tornou-se independente em 1960, mas mergulhou em uma guerra civil. Desde então, alternaram-se no comando da nação governos civis democraticamente eleitos e ditaduras militares, sendo que apenas as eleições presidenciais de 2011 foram consideradas livres e justas (Nossiter 2011). Atualmente o governo nigeriano conta com grandes investimentos internacionais para o financiamento de grandes empreendimentos, sobretudo com capitais inglês e norte-americano.

Lekki é uma cidade em construção, desde 2008, vizinha sudeste à Lagos e situada sobre uma península de 80 km por 10 km, entre a grande lagoa e o Oceano Atlântico. Até 2015, somente a primeira fase do projeto estava concluída, com a segunda fase em acabamento. Lekki abriga vários residenciais fechados, terras agrícolas, Zona de Livre Comércio, aeroporto e um porto marítimo, esses dois últimos em construção. Sob o título de “cidade ambiental azul e verde”, essa cidade global espera acomodar mais de 3,4 milhões de pessoas, das classes média e alta, e uma população flutuante de pelo menos 1,9 milhões de pessoas, ou seja, de trabalhadores que habitam fora de Lekki (Baldwin 2019). A primeira fase do projeto foi implantada sobre a região que era anteriormente conhecida como Maroko, um bairro popular destruído em 1990 pelo governo militar do estado de Lagos.

Outra cidade global nigeriana, em construção desde 2007, na borda da capital, é a chamada *Eko Atlantic*, onde o nome *Èkó*, em iorubá, refere-se à própria cidade de Lagos. No entanto, assim como Lekki, *Eko Atlantic* não está sendo construída para a maioria da população lacobrigense. Foram toneladas e toneladas de areia para criar um aterro na foz do canal que liga a grande lagoa ao oceano, sob o discurso de minimizar os efeitos da maré sobre o porto de Lagos e de erguer a futurista “Dubai da África Ocidental”. Novamente, mais um reduto de classes média e alta está sendo construído, em arquitetura *hightech* e *slogan* de cidade mais tecnológica do continente.

A apenas 12 minutos de carro de *Eko Atlantic* está Makoko (o que restou de Maroko), uma ocupação sobre a grande lagoa, povoada por 100 mil pessoas (Agwu 2015, 12), conhecida como “Veneza da África”. Remanescente de Maroko, engolida por Lekki, a resistente Makoko ainda persiste na sua segregação forçada, mesmo estando no centro financeiro de Lagos. Ela se separa de maneira espacial, por ser um enclave de poucos acessos, e de maneira social, por abrigar pessoas de menor renda atraídas pela oportunidade econômica do grande centro. No entanto, assim como em outras tantas ocupações de Lagos, Makoko também é uma estratificação étnico-racial, porque serviu de alternativa à fuga da etnia Ogum do interior do país e do

vizinho Benin, seja por conflitos da guerra civil que assolou a Nigéria, seja pela pobreza resultante do pós-colonialismo (Macedo 2008).

Abuja é a capital da Nigéria, desde 1991, planejada para ocupar a região central nigeriana. Seu custo de vida é elevado e a cidade possui atualmente 400 mil habitantes (Abuja 2019). Em relação a outros centros urbanos do país, Abuja é considerada relativamente segura, pois há um cuidado muito grande das forças de segurança locais com os alertas que vêm das regiões norte e sul do país, incluindo as constantes ameaças de ataques terroristas. Por isso, é no distrito da capital federal que está sendo implantada a *Centenary City*, ou “Cidade Centenária”, um projeto ambicioso do governo para construir uma “cidade inteligente”, assim como Eko Atlantic, contudo bem longe dos “condenados da terra” de Lagos (Fanon 1968, 175).

### Mapa 1: Lagos, em cujo centro está Makoko, e a Península Lekki, onde na ponta está Eko Atlantic (em vermelho)



Fonte: <https://phys.org/news/2019-07-nigeria-lagos-atlantic-erosion.html> (2019).

### República Democrática do Congo (RDC)

Kinshasa é a megacidade congoleza, com 12 milhões de habitantes, dos quais 8 milhões vivem abaixo da linha da pobreza (Nações Unidas 2018). Uma das causas é porque a RDC, que antes da independência (1960) era chamada de Congo Belga ou Congo-Leopoldville, sofreu o mais violento processo de colonização da África. Em 1878, essa região começou a ser explorada com entrepostos comerciais no rio Congo, sob ordem do rei belga Leopoldo

II. Na Conferência de Berlim, em 1885, conhecida como “Partilha da África”, entre as potências europeias, Leopoldo II recebeu o território congolês como possessão pessoal. Ele governou-o aos seus desejos e com extrema brutalidade, inclusive amputando trabalhadores escravizados a fim de que isso obrigasse os espectadores a trabalharem mais (UNESCO 2010, 89-109).

Em 1908, o “Estado Livre do Congo”, assim chamado por Leopoldo II, deixou de ser propriedade da Coroa. A sua inescrupulosa colonização, em modelo de empresa, foi exposta na imprensa ocidental e causou espanto até mesmo entre outros países colonizadores (Khapoya 2008, 144). Assim a região foi transferida ao governo da Bélgica, passando a ser chamada de Congo Belga.

Mesmo após uma superexploração colonial, principalmente de mineração, e posterior independência, a RDC sofreu com a ditadura de Mobutu Banga por 32 anos – período em que o país se chamou Zaire. Apoiado militarmente pelos EUA, esse regime gerou uma guerra civil (a maior do mundo desde a II Guerra) entre as diversas etnias do país, confinadas dentro de um mesmo território outrora idealizado pela Bélgica. A imensa riqueza mineral da RDC é também a sua maldição. Os recursos naturais financiam milícias, além de serem contrabandeados para países vizinhos. Enquanto isso, o povo congolês continua sendo um dos mais pobres do mundo, explorado pelos rebeldes no trabalho pesado das minas e cujo 10% da produção agrícola é confiscado (Carranca 2013).

Apesar disso, um empreendimento para a classe média insurgente está sendo construído, desde 2008, totalmente excluído da Kinshasa dos 75% de ocupação irregular do solo. Ele se chama *La Cité du Fleuve*, ou “Cidade do Rio”, por se encontrar confinado em uma ilha, cercada pelas águas agitadas do imenso Rio Congo. A segregação social e espacial, nesse caso, dribla o grande conflito de terras que marca a expansão urbana da cidade de Kinshasa, pois não seriam necessárias desapropriações, no entanto houvera, nas margens do rio, sem nenhum ressarcimento aos moradores removidos, para que se construíssem os acessos à ilha de *Cité du Fleuve*.

Esses novos padrões de habitação, segundo os empreendedores de capital franco-indiano-chinês, oferecerão aos moradores de *Cité du Fleuve* uma “cidade inteligente”, global, com água de qualidade, gestão moderna de resíduos, segurança e sistemas de transporte, ou seja, raridades para a sociedade congoleza que habita fora dessa “ilha de prosperidade” (Wahba e Ranarifidy 2018). Uma nova imagem de RDC é construída, longe da guerra étnica congoleza, da fome e das doenças, mas perto da via de escoamento

da produção mineralógica que desce pelo Rio Congo, em direção aos países compradores.

Aos olhos de quem enxerga *Cité du Fleuve* a partir de Kinshasa, a inacessibilidade ou imobilidade social àquela realidade é nítida. A arquitetura militarista e eclética dos edifícios da “Cidade do Rio” espanta qualquer possibilidade do fim do colonialismo na RDC.

## Mapa 2: Kinshasa e a ilha de Cité du Fleuve



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Kinshasa> (2019).

## *Tanzânia, na África Oriental*

Tanganica, a parte continental da atual Tanzânia, foi uma colônia alemã de 1880 até 1919, quando foi entregue ao Reino Unido, por consequência da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Zanzibar, a parte insular, era um sultanato independente, que se tornou um protetorado britânico na mesma época. Tanganica tornou-se independente em 1962 e uniu-se a Zanzibar, em 1964, para criar a República Unida da Tanzânia. O país possui uma equivalência entre cristãos e muçulmanos, mas também com uma minoria de religiões tradicionais. São faladas mais de 100 línguas na Tanzânia, portanto não há um idioma oficial do país, apesar do suaíli ser utilizado no parlamento e o inglês no comércio internacional e no turismo (Faustino 2016).

O primeiro presidente do país governou até 1985 em um regime do chamado “socialismo africano”, uma das soluções encontradas à época para

alguns países africanos recém-criados e descapitalizados por conta de muitos anos de exploração europeia. A primeira eleição multipartidária do país foi em 1995. Atualmente a Tanzânia conta com investimentos estrangeiros para a construção de grandes empreendimentos, sobretudo de capitais chinês, australiano, norte-coreano e norte americano (Namkwahe 2019; Hotham 2013).

Dodoma é a capital atual da Tanzânia, e tem pouco mais de 2 milhões de habitantes (Census 2013). Fundada pelos alemães, em 1907, a cidade deveria ser “a principal aldeia de uma nação de aldeias”, segundo o pensamento dos fundadores, “em escala humana e para ser experimentada a pé” (Friedman 2012). Apesar disso, seguindo o modelo colonial, a cidade foi construída segregada à aldeia nativa existente na região, com razão de ser uma cidade global tanzaniana.

Hoje, Dodoma é uma cidade de micropolos (*clusters*), com vários centros de atração urbana, em maior parte com traçado orgânico, de inspiração inglesa, como são, por exemplo, os atuais parques londrinos mais conhecidos. Seus princípios básicos seguem o modelo de cidade-jardim corbusiana, com cinturões verdes separando zonas especializadas para moradores de média e alta renda, comércio e indústria. No entanto, desde que se tornou capital, em 1974, houve muita resistência do poder público em transferir totalmente o governo nacional. Então, somente a assembleia foi para o interior do país (Britannica 2019).

Segundo Beeckmans (2018), este modelo modernista e segregador de Dodoma foi concebido inspirando-se em Brasília, como um projeto de construção de nação e para cimentar uma identidade de independência recém-colonial. Assim foi também na Nigéria (Abuja), Botsuana (Gaborone), Malauí (Lilongue) e Maurítânia (Nouakchott).

A antiga capital, e ainda a maior cidade da Tanzânia, é Dar Es Salaam, com 4,3 milhões de habitantes (Census 2013). Esse centro urbano tem um plano de desenvolvimento que preza pelo turismo e pela sustentabilidade, isso depois da Tanzânia ter passado por uma fraca integração com os mercados globais, o que, de certa forma, ajudou a isolar o país da recessão de 2008. No entanto, a recuperação vem acontecendo graças aos fortes setores de turismo, telecomunicações e bancário (Lago 2013, 44).

Dar Es Salaam possui um planejamento urbano radial e de centralidades. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - UNDP (Nações Unidas 2015), no entanto, o crescimento recente da economia tanzaniana beneficiou poucos, deixando de fora a maioria da população. A requalificação da orla da cidade, por exemplo, expulsou os assentamentos tradicionais e verticalizou a região, assim como vai ocorrer ao longo do rio

Msimbazi, a pretexto da contenção das enchentes e implantação de um parque linear.

Kigamboni City é uma cidade global tanzaniana, cujo plano de desenvolvimento foi proposto em 2010, situando-se em um distrito ao sul de Dar Es Salaam. As atividades dentro da cidade são bem definidas espacialmente, como indústria, esporte, turismo, residência e educação, na insistência ao modelo modernista atrelado ao automóvel e às grandes distâncias. Na parte residencial, a distinção social acontece de acordo com a tipologia arquitetônica das casas, do médio ao alto padrão. De maneira similar a Eko Atlantic nigeriana e a *Cité du Fleuve* congoleza, Kigamboni City segrega-se espacial e socialmente da maior cidade do país, mesmo a ela sendo adjacente.

O apelo ao safári, atividade bastante lucrativa para a Tanzânia, devido aos seus imensos parques nacionais interioranos de bioma savana, foi trazido para o litoral por meio de Kigamboni City. Espera-se, com isso, a busca pelo mercado internacional de imóveis como viabilidade deste projeto global, pois a maior parte do terreno é constituído pela área residencial, projetada para abrigar até 500 mil pessoas. Como consequência, mais de 90 mil pessoas que viviam de suas atividades no litoral, foram reassentadas para longe do mar, como prática constante na Tanzânia, onde autoridades coloniais repatriavam desempregados e moradores urbanos para o campo. Portanto, a divisão que era mais étnico-racial na colônia (bairros europeus, indianos e asiáticos), atualmente é definida mais pela renda (Moshi, Msuya e Todd 2018, 18).

O que ocorre ainda como divisão étnico-racial em Dar Es Salaam diz respeito aos lugares em que grupos de migrantes se estabelecem quando entram na cidade. A maioria deles tende a residir em casas de parentes e isso cria uma coesão social que, com o passar do tempo, torna-se impacto na divisão de assentamentos. Os bairros passam a se basear na etnia e laços familiares na cidade, como ocorre em Kitunda, ocupada por populações da região de Mara (Wakurya), Kimara, por populações do Kilimanjaro (Chagga) e Mbagala, por populações de Lindi e Mtwara (Moshi, Msuya, and Todd 2018, 3).

Arusha é uma cidade no interior da Tanzânia, conhecida como “a capital turística verde”, por estar localizada próxima às savanas tanzanianas e ao monte Kilimanjaro, o ponto culminante da África. Espera-se um grande investimento no setor turístico dessa região de 1,7 milhões de habitantes (Census 2013), principalmente vindos do Banco Mundial, EUA e China, o que causa grande especulação imobiliária, tanto no centro quanto na periferia (Owens 2014, 2-5).

Essa cidade também é um importante centro diplomático internacional, pois abriga a Comunidade da África Oriental e, até 2015, sediou o Tri-

bunal Penal Internacional para Ruanda. É ainda um centro multicultural, com uma população autóctone, árabe-tanzaniana e indiano-tanzaniana, além de uma pequena parcela europeia e uma minoria americana. As religiões incluem o cristianismo, o islamismo, o sikhismo e o hinduísmo (Tanzania 2020).

Grandes empreendimentos turísticos (incluindo imensos campos de golfe) estão ocupando vastas porções de terra em Arusha, maiores até mesmo que os assentamentos consolidados. Além disso, não há mais espaço para construir na cidade, pois nas bordas estão áreas rurais exploradas por redes comerciais. Com isso, estão havendo diversos conflitos com a população local, que se sente pressionada pelo avanço imobiliário, expulsando-a e encarecendo o valor das terras (Owens 2014, 2-5). Ao invés de haver um planejamento participativo, segundo Owens (2014, 2-5), o próprio governo compete com o privado pelo aproveitamento do potencial turístico.

Não por acaso, é nessa região que se planeja construir a cidade global de *Safari City*, satélite a Arusha, “mais moderna e menos fracassada” do que a capital regional. Destinada à média e à alta renda, esse empreendimento apresenta uma diferenciação social bem definida pelo zoneamento, definindo onde cada renda deve morar. As ruas convergem ao centro, onde a volumetria enquadra o pôr do sol na savana e nos leva a uma espécie portão de Tebas, uma clara referência ao império africano egípcio como denotação de poder. No entanto, com seus 13 km de distância de Arusha, acesso exclusivo automobilístico e basicamente “veraneio de estrangeiros”, *Safari City* se distingue como uma cidade global que exclui os “sem estilo” e sem capital.

### Mapa 3: Tanzânia, parques nacionais e cidades estudadas



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019).

### *Quênia, na África Oriental*

Quênia é formado por 47 diferentes povos, dos quais Bantus e Masai são predominantes. Foi protetorado britânico desde 1895, com numerosas disputas entre ingleses e os povos tradicionais, até subsequente declaração de independência, em 1963. Apesar disso, Quênia só se tornou multipartidário em 1991.

Nairóbi é a capital, com 4,5 milhões de habitantes (WPR 2019). A cidade foi fundada em 1899 pelos britânicos, no caminho da ferrovia que liga Uganda ao oceano, e hoje é um centro de negócios, cultura e de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment).

Sobretudo a partir de 1948, o plano de desenvolvimento de Nairóbi marginalizara a população de menor renda em prol de um zoneamento funcionalista. Quem foi deixado de lado foi Kibera, por exemplo, um bairro à oeste do centro da cidade e uma das maiores ocupações irregulares da

África. Sua formação começou quando os britânicos autorizaram que soldados retornados da guerra ocupassem as áreas residuais da linha férrea que atravessa Nairóbi. Assim como em outras grandes cidades africanas, os planos de desenvolvimento seguintes foram “estratégicos” e privilegiaram o neoliberalismo para construir uma “metrópole africana”, a favor de um reforço na segregação socioespacial (Njeru 2012).

*Konza Technological City*, ou “Konza Cidade Tecnológica” é uma das cidades globais quenianas, o “Vale do Silício da África”, criada desde 2013 para competir com outras cidades, até mesmo do próprio país, na busca pelo capital estrangeiro com viés tecnológico. Esse fenômeno é comum atualmente, sobretudo na parte subsaariana do continente.

A atração de capitais americanos, europeus e chineses foi rápida para comprar um terreno a 60 km de Nairóbi, a caminho da cidade portuária de Mombaça. No entanto, os investidores não contavam com a disputa étnica pela terra, comum no processo pós-colonial dos países africanos, que acabou atrasando o início das obras.

O projeto acabou frustrado pela competição com outra cidade, a pouco mais de 1.000 km dali, mas de proposta idêntica e que ofereceu melhores condições aos investidores: Kigali, capital de Ruanda. A propósito do projeto, *Konza City* trouxe como propostas o afrofuturismo, a “cidade inteligente”, o pôr do sol na savana, a setorização baseada em um eixo, a arquitetura contemporânea (*hightech* e paramétrica), além de corredores ecológicos para a biodiversidade. Esse projeto também inclui, a cargo de um posicionamento neoliberal, uma zona de bloqueio verde, de 10 km de largura, a fim de coibir a formação de novos assentamentos residenciais atraídos pela oportunidade de emprego e renda (Datta e Shaban 2017).

Tatu City, outra cidade global queniana, fica a 24 km ao norte de Nairóbi. Com capital queniano, neozelandês, britânico e americano, essa cidade está desenvolvendo um projeto urbanístico descentralizado e de uso misto, desde 2013, porém, para atrair apenas a elite local do agronegócio do sul do Quênia. Bairros pequenos e com segurança privada, com reserva ambiental e diversas limitações quanto ao estilo arquitetônico das casas, põem à mostra a fuga da elite por causa dos conflitos étnicos pela terra do Quênia moderno.

#### Mapa 4: Quênia, parques nacionais e cidades principais



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019).

#### *Maurício, no Oceano Índico*

Entre África e Índia, estão localizadas as ilhas Maurício, um arquipélago formado por Maurício, Rodrigues e outras ilhas menores, além de territórios britânicos e franceses reivindicados na região. Um desses está

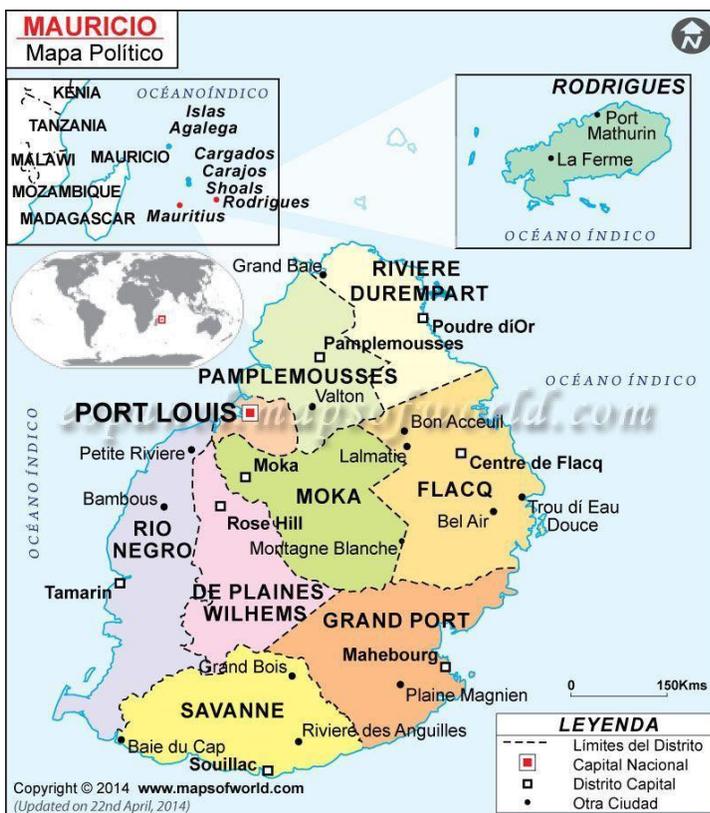
bem no meio do Índico, Diego Garcia, e possui uma base militar estratégica norte-americana. Construída com autorização do Reino Unido, durante a Guerra Fria, essa base obrigou à remoção de cerca de 1.200 habitantes autóctones, que foram mandados para países vizinhos, incluindo Maurício, onde atualmente vivem em ocupações irregulares (Tkach and Amanpour 2013).

Atual rota turística e de navios de carga do mundo inteiro, Maurício foi colonizada por franceses, no século XVIII, e por britânicos, no século XIX, que fazem prevalecer seus idiomas no país, além do crioulo mauriciano, similar ao francês. Port Louis é a capital, com mais de 150 mil habitantes (WRP 2019), muito dos quais são chineses e indianos que trouxeram consigo as religiões hinduísta, budista e islâmica.

Port Louis busca a especulação imobiliária de sua orla mediante uma imagem europeia caricata. Um exemplo é *Le Caudan Waterfront*, ou “Caudan Beira-mar”, onde até mesmo o local que era desembarque de indianos escravizados, no século XIX, virou parque de diversões. O aumento do preço das terras forçou os habitantes da costa da cidade a migrarem rumo ao interior. Muitos desses, veganos hindus ou islâmicos que não se alimentam de suínos, foram obrigados a constituir fazendas de criação de porcos e peixes, estes retroalimentados pelos dejetos suínos, que por isso também não servem ao consumo dos criadores muçulmanos.

*Ebene Cybercity*, ou “Ebene Cidade Tecnológica”, é a cidade global mauricianana a 15 km ao sul da capital. Sua construção começou em 2001 com o intuito de servir de elo internacional ao comércio entre África e Ásia, sobretudo com investimentos indiano e sul-africano na região. Ebene possui uma ocupação estritamente comercial, ou seja, não prevê residências (Schuetze 2016). Para isso, outra cidade está sendo criada bem ao lado, a *Côte d’Or City*, ou “Cidade da Costa do Ouro”, um grande condomínio fechado, que contribui ainda mais para a segregação socioespacial das classes média e alta.

## Mapa 5: Maurício e cidades principais



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019).

## Gana, “Estrela Negra” na África

Marcus Garvey, ativista político, editor, jornalista, empresário e orador jamaicano, do início do século XX, foi o pan-africanista que idealizou a companhia “Estrela Negra”. Comprometido com o desejo de garantir a independência financeira dos afro-americanos, Garvey lançou vários negócios nos EUA. Eram fábricas, supermercados, restaurantes, e editoras com empregos para pessoas negras, além de uma vinícola de uvas etíopes e da empresa de transporte de passageiros *Black Star Line*, ou “Linha Estrela Negra” (ligação naval entre a América do Norte e a África). Garvey idealizava a volta dos africanos da Diáspora e seu esforço foi homenageado na bandeira de Gana, com uma estrela negra.

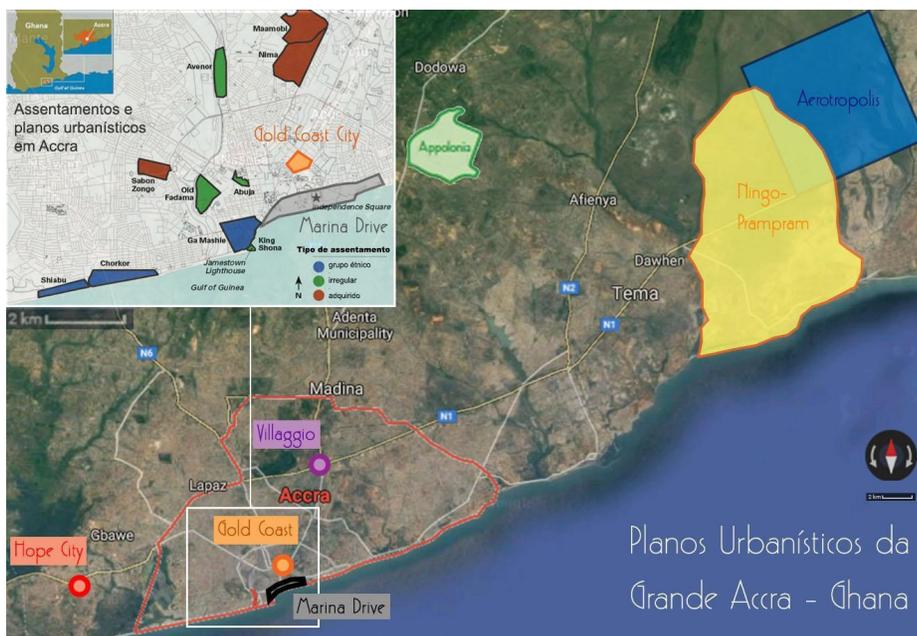
Inspirado no garveísmo, o filho da terra de Gana, N’Krumah foi também um pan-africanista, e não poupou esforços até ver a nação ganesa independente do Império Britânico. Em 1956, ele estabeleceu um governo de inspiração socialista, cujo nome Gana se deu em homenagem ao grande império pré-colonial do oeste africano. Deposto N’Krumah, em 1966, Gana teve governos que alternavam golpes de Estado até 1992, quando ocorreram as primeiras eleições livres. Em 2011, Gana era uma das economias que mais crescia no mundo (14%) (Worldbank 2011).

Acra é a capital, com 2,5 milhões de habitantes (WPR 2019), congestionada, atingida por alagamentos e poluída com toneladas de lixo oriundos ilegalmente de países centrais. No entanto, a cidade possui diversos empreendimentos financiados pelos capitais nacional e estrangeiro, principalmente britânico, que fazem parte do plano de desenvolvimento urbano.

Dentre esses, o *Villaggio Vista* (conjunto de edifícios próximo ao aeroporto), o *Gold Coast City* (edifício de uso misto), *Aerotropolis* (nova cidade-aeroporto multifuncional, na região de Acra), *Ningo-Prampram* (nova cidade, planejada por escritório holandês, na região de Acra) e *Marina Drive* (requalificação do centro de Acra). Para isso, ver o mapa 6. Ainda no mesmo mapa, vê-se que Acra possui 3 assentamentos de grupos étnicos, 3 ocupações irregulares e 3 outros assentamentos que foram adquiridos para regularização. Essa é a realidade oposta aos grandes empreendimentos da cidade.

Essa segregação em Acra gira em torno do interesse das classes média e alta de Gana (30% da população) de se isolarem em novas oportunidades de negócio. Enquanto isso, exclusão e inacessibilidade são destinadas às classes de menor renda, aquela mais vulnerável aos conflitos étnicos que se sucederam à partilha de terras comunais no pós-colonialismo. Sem alternativa, essa parcela da população (70%) se concentrou em assentamentos precários, que por vezes se caracterizam em homogeneidade étnica, como em Ga Mashie, no centro de Acra (enclave étnico do povo Ga-Adangme, os primeiros ocupantes da capital, como pode ser visto no mapa 6).

## Mapa 6: Planos urbanísticos e assentamentos da Grande Accra



Fonte: Adaptado pelo autor, de Google Maps (2019), Awal e Paller (2016).

A desvalorização do tecido urbano de Accra pelas “classes indesejadas”, vendedores informais (ainda que constantemente removidos de um local a outro pelo governo), desabamentos, alagamentos e congestionamentos, criou nas classes média e alta o desejo de fugir da cidade e de seus problemas cotidianos (*fugere urbem*). Por isso, ainda no mapa 6, se pode atestar o surgimento de dois outros empreendimentos ao redor da capital: *Hope City*, ou “Cidade da Esperança”, e *Appolonia*. O primeiro, um centro tecnológico, residencial e comercial, que imita a formação aldear da arquitetura tradicional da África Ocidental, bem como se baseia no mito dos seis guerreiros do antigo Império de Gana, para formar seis luxuosas torres. O segundo, uma cidade global para a classe média, longe do centro urbano de Accra, mas que investe em determinada medida na melhoria da população preexistente, construindo, por exemplo, uma escola e um hospital de pequeno porte. Ambas cidades com grande investimento particular nacional e europeu.

## África do Sul, terra dos “Cinco Grandes”

Conhecida como terra dos “Cinco Grandes”, devido à sua rica fauna de grandes animais como o leão, o búfalo, o elefante, o leopardo e o rinoceronte, a África do Sul é a segunda maior economia do continente, atrás da Nigéria. Ademais, é o país com a melhor infraestrutura da África. Além disso, é um dos poucos países africanos onde não houve golpes de Estado, e atualmente se constitui como um Presidencialismo Parlamentar.

A África do Sul teve um dos piores regimes de segregação racial do mundo, o *apartheid*, que durou de 1948 a 1994. O *apartheid* terminou no momento em que o nobre de seu povo, Nelson Mandela, se tornou o primeiro presidente negro do país, depois de ficar 27 anos preso, devido ao seu engajamento em defesa dos direitos humanos.

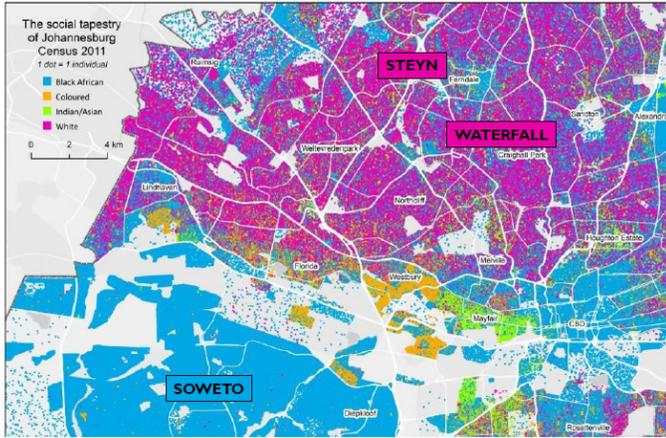
O país foi dominado, na época do colonialismo (século XIX), por britânicos e holandeses, estes últimos chamados Bôeres (colonos neerlandeses ou alemães huguenotes). Ao longo desse domínio, 30% da população (branca) ficou com 83% das terras sul-africanas, enquanto 70% (negra) ficou com apenas 13% das terras, os chamados Bantustões. Em 1948, sob uma narrativa racista, começou a vigorar a lei do *apartheid*, quando os espaços públicos, residenciais, comerciais e industriais foram totalmente segregados de acordo com a cor da pele.

Em 1970, na fase mais radical do regime, a cidadania sul-africana foi retirada de todos os habitantes dos Bantustões, ou seja, da população negra, esta subjugada a viver confinada em bairros e terras definidas legalmente, onde lhes eram exigidos passaportes para frequentarem às “áreas brancas”. Privados de buscarem oportunidades em áreas mais industrializadas, a população negra ficou empobrecida.

Faz 25 anos que o *apartheid* acabou, porém, a segregação ainda é bastante evidente. No leste do país, onde fica a Cidade do Cabo (capital Legislativa), predomina a população miscigenada entre brancos e asiáticos (*coloured*), e o idioma africâner (derivado do holandês). O leste e norte da África do Sul, onde ficavam os Bantustões e onde estão as cidades de Pretória (capital Executiva), Joanesburgo e Bloemfontein (capital Judiciária), há predomínio de idiomas tradicionais africanos e da população negra. Nos subúrbios de alta renda das grandes cidades e regiões rurais valorizadas, o predomínio é da população branca e dos idiomas inglês e africâner.

São nesses subúrbios de luxo onde estão sendo construídas as cidades globais sul-africanas. Entre Pretória (2,5 milhões de habitantes) e Joanesburgo (5,7 milhões de habitantes), que formam a megacidade “*Jotoria*” (WPR 2019),



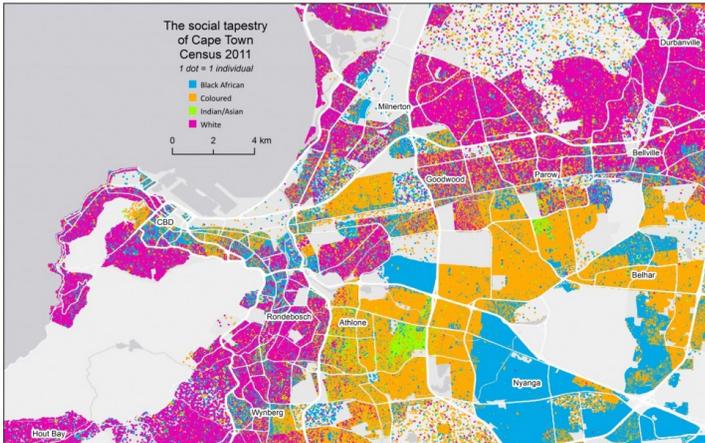


Fonte: Adaptado pelo autor, de *Statistics South Africa (Stats SA)*, Serviço Sul-africano (2011).

Em Joanesburgo, como se pode ver no mapa 8, há o maior resquício da segregação herdada do *apartheid*, o bairro de Soweto. De população homogeneamente negra, essa região concentra metade dos moradores da cidade. No entanto, é desconectada do restante da malha urbana, por um vazio habitacional e por falta de vias de integração nítidas no mapa. Atualmente Soweto é considerada uma região de classe média, apesar de 1% de sua população viver em ocupações irregulares.

A Cidade do Cabo, ao sul do país, possui um Plano de Desenvolvimento com o fim de tentar integrar a cidade segregada por meio do trânsito, transporte público e de comunidades em rede. Possui também um Plano Habitacional, com a finalidade de trazer os moradores com menos renda para áreas infraestruturadas do centro da cidade. No entanto, a herança do *apartheid* é ainda bastante evidente na divisão socioespacial e étnico-racial da cidade (Mapa 9).

## Mapa 9: Segregação étnico-racial (e socioespacial) em Cidade do Cabo



Fonte: Adaptado pelo autor, de *Statistics South Africa (Stats SA)*, Serviço Sul-africano (2011).

Os bairros ao longo da costa do Oceano Atlântico, mais valorizados por conta do turismo, são de maioria branca, bem como o norte da cidade. No “miolo” da malha urbana, ainda está a predominância de bairros *coloured*, das pessoas miscigenadas entre brancos e asiáticos. Nas periferias mais distantes, assim como era estipulado pela lei, durante o *apartheid*, estão os bairros praticamente exclusivos de população negra. Dentre esses, Nyanga (em azul, no mapa), que tem 98% de sua população de origem bantu. Essa segregação somada a falta de estrutura, a alta taxa de desemprego (maior de 50%) e a grande infecção pelo HIV, como causa da desordem social, fizeram de Nyanga um dos bairros mais violentos de toda a África (SA News 2018).

## Conclusão

Como vimos na introdução, nas cidades africanas, o colonialismo deixou profundas modificações. Antigas rotas comerciais e núcleos urbanos foram destruídos pela exploração europeia. A cultura intensamente modificada dos povos africanos, somada à Diáspora que, por séculos, dispersou afrodescendentes pelo mundo. Com isso, principalmente na África Subsaariana, onde o mundo islâmico não foi dominante para fazer persistir a cultura e o urbanismo tradicionais, as cidades do pós-independência tomaram o rumo ditado por suas antigas metrópoles europeias, como nos países analisados.

Logo a superpopulação engrossou os processos urbanos de segregação socioespacial e étnico-racial, implantados ainda no colonialismo, em que a renda e a origem diziam onde a pessoa nascia (ou para onde migrava) e de onde não deveria sair. A partir dos anos 2000, com a maioria das nações africanas ainda dependentes do capital estrangeiro de seus antigos colonizadores, adicionado o capital investido pelos novos antagonistas China e EUA, as cidades começaram a querer despontar no cenário mundial globalizado.

Elas são “inteligentes”, “sustentáveis”, *hightechs* e neofuncionalistas, voltadas às classes média e alta emergentes, mas seguindo a lógica da disputa pelo mercado africano, como cidades-concorrentes e cidades-empresas, como Konza City e Eko Atlantic. Frequentemente esses empreendimentos-cidades nascem com a valorização da savana, das cores do pôr do sol e da retomada das “formas tradicionais” e aldeares, como em Safari City e Modderfontein. Essa é uma tentativa de criação de uma nova identidade africana, desassociada da fome e da pobreza, cujas imagens percorreram o mundo nos anos 1980 e 1990, para atrair os olhares a uma nova África, mais conectada com suas origens, pelo menos na aparência. Portanto, as amarras do novo colonialismo, aquele do capital, envolve as cidades africanas atuais, e mostra que o espaço urbano insurgente não pertence aos “condenados da terra”, como escreveu Frantz Fanon (1968, 175), mas a quem pode pagar por isso.

## REFERÊNCIAS

- Abuja, Administração do Território da Capital Federal. 2019. “Facts”. [https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=87](https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=87).
- Agwu, Philpatsy. 2015. “Makoko, Lagos, Nigeria: Restoring the Ecosystem Through Symbiotic Floating Structures”. Hampton University. Hampton, Virginia.
- Awal, Mohammed, and Jeffrey Paller. 2016. “Who really governs urban Ghana?” Africa Research Institute. 27 jan. 2016. <https://www.africaresearchinstitute.org/newsite/publications/who-really-governs-urban-ghana/>.
- Baldwin, Eric. 2019. “Masterplan do SOM na Nigéria começa a ser construído”. Archdaily. 15 de fev. 2019. Traduzido por Vinicius Libardoni. <https://www.archdaily.com.br/br/911176/masterplan-do-som-na-nigeria-comeca-a-ser-construido>.

- Beeckmans, Luce. 2018. "A arquitetura de construção de nação na África como um projeto de ajuda ao desenvolvimento: projetando as cidades capitais de Kinshasa (Congo) e Dodoma (Tanzânia) nos anos pós-independência". Pub. maio 2018. Progresso no planejamento. <https://doi.org/10.1016/j.progress.2017.02.001>.
- Britannica, .Dodoma 2019. Britannica.com, USA. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Dodoma>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Carranca, Adriana. 2013. "Congo: a maior guerra do mundo". O Estado de São Paulo. 20 out. 2013. <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,congo-a-maior-guerra-do-mundo-imp-,1087710/>.
- Census, Population and Housing. 2013. "Population Distribution by Administrative Areas and March, 2013 Office of Chief Government Statistician President's Office, Finance, Economy and Development Planning Zanzibar National Bureau of Statistics Ministry of Finance Dar es Salaam". [https://web.archive.org/web/20130502230453/http://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013\\_Combined\\_Final%20for%20Printing.pdf](https://web.archive.org/web/20130502230453/http://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013_Combined_Final%20for%20Printing.pdf).
- Datta, Ayona; Shaban, Abdul. 2017. "Mega-urbanization in the Global South: fast cities and new urban utopias of the postcolonial state". New York: Routledge, P. 62.
- Decicino, Ronaldo. 2014. "Cidade global e megacidade - Conceitos definem tipos diferentes de centros urbanos". Geografia. UOL. Atual. 03/01/2014, às 16h19. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cidade-global-e-megacidade-conceitos-definem-tipos-diferentes-de-centros-urbanos.htm?cmpid>.
- Fanon, Frantz. 1968. "Os Condenados da Terra". Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Faustino, Oswaldo. 2016. "A Tanzânia e o povo Massai". Revista Raça. Ed. Pestana Arte e Publicações. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/a-tanzania-e-o-povo-massai/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Friedman, Andriew. 2012. "O momento pós-colonial global e a cidade nova americana: Índia, Reston, Dodoma". Pub. em 15 fev. 2012. Artigo de Pesquisa. Tradução livre. <https://doi.org/10.1177/0096144211428765>.
- Hotham, Oliver. 2013. "Tanzania won't deny N. Korea is providing military assistance". NK News. Disponível em: <<https://www.nknews.com>>.

org/2013/08/tanzania-wont-deny-n-korea-is-providing-military-assistance/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

- Khapoya, Vicent B. 2008. "A experiência africana". Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Lago, Joseph. 2013. "Africa South of the Sahara". Edited by Europa Publications and Lain Frame. 42 Ed. Taylor and Francis Group. Routledge.
- Macedo, José Rivair. 2008. "Desvendando a história da África". Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Moshi, Irene, Ibrahim R. Msuya, Gemma Todd. 2018. "Tanzania: National Urban Policies and City Profiles for Dar es Salaam and Ifakara". Written by Ifakara Health Institute. Centre for Sustainable Health and Learning Cities and Neighbourhoods.
- Nações Unidas, Organização das. 2018. "Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza". 17 out. 2018. <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>.
- \_\_\_\_\_. 2017. "Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2017". Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. In: ONU diz que população mundial chegará a 8,6 bilhões de pessoas em 2030. Internacional. Agência EFE. Nova York, 21 jun. 2017. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-06/onu-diz-que-populacao-mundial-chegara-86-bilhoes-de-pessoas-em-2030>.
- \_\_\_\_\_. 2015. UNDP. United Nations Development Program. <http://www.tz.undp.org/content/tanzania/en/home/about-us.html>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- Namkwahe, John. 2019. "Why China has become leading foreign investor in Tanzania". The Citizen. Disponível em: <<https://www.thecitizen.co.tz/news/Why-China-has-become-leading-foreign-investor-in-Tanzania/1840340-5117574-hp6hykz/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Njeru, Jeremia. 2012. "Donor-driven' neoliberal reform processes and urban environmental change in Kenya: The case of Karura Forest in Nairobi". Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499341201300105#articleShareContainer>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Nossiter, Adam. 2011. "Nigerians Vote in Presidential Election". The New York Times. 16 abr. 2011. [https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&\\_r=1&hp](https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&_r=1&hp).

- Owens, Kathryn E. 2014. "Negotiating the City: Urban Development in Tanzania". Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy (Urban and Regional Planning) in the University of Michiganow.
- SA News, South Africa News. 2018. "Nyanga, Western Cape, is still the murder capital of South Africa". 11 set. 2018. <https://www.thesouthafrican.com/news/most-murders-in-south-africa-nyanga/>.
- Schuetze, Christopher F. 2016. "Story of cities #48: Cybercity, Mauritius – a vision of Africa's 'smart' future?". The Guardian. London. May, 23, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2016/may/23/story-cities-48-ebene-cybercity-mauritius-vision-africa-smart-future>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Tanzania, Tourist Board. 2020. "Arusha City". Disponível em: <<https://www.tanzaniatourism.go.tz/en/destination/arusha-city>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- Tkach, Andrew (producer), Amanpour, Christian (correspondent). 2013. "They report on the hushed up eviction of the indigenous people of Diego Garcia to make way for one of America's most strategic air and navy bases". The full story aired on CBS News 60 Minutes. Add. YouTube 28 out. 2013. [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=486&v=lxVaoIHnLis](https://www.youtube.com/watch?time_continue=486&v=lxVaoIHnLis).
- UNESCO. 2010. "História geral da África", vol. VIII: África desde 1935. Ed. por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO.
- Wahba, Sameh; Ranarifidy, Dina. 2018. "Re-awakening Kinshasa's Splendor Through Targeted Urban Interventions". Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/african/re-awakening-kinshasas-splendor-through-targeted-urban-interventions>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- WPR. 2019. World Population Review. <http://worldpopulationreview.com/world-cities/nairobi-population/>.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na segregação socioespacial e étnico-racial, que ocorre atualmente em megacidades, grandes cidades e cidades globais na África. Para isso, será feita, de início, uma apresentação de questões futuristas que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização africana. Em seguida, serão abordadas questões históricas e discursos presentes em alguns países africanos, e que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Esses aspectos contarão com exemplos de cidades de países africanos subsaarianos, onde a superpopulação e os altos investimentos estrangeiros no mercado imobiliário agravam os efeitos segregacionistas.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidades Africanas; Urbanismo; Segregação; Socioespacial; Étnico-racial; África.

*Recebido em 6 de dezembro de 2019*

*Aceito em 7 de fevereiro de 2020*